

Cartilha da Convenção Coletiva de Trabalho dos Trabalhadores Terceirizados do Distrito Federal - Sindiserviços/DF



Vigência

2016

**Publicação do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho
Temporário, Prestação de Serviço e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal**

SCS Quadra 2 - Bloco C - 5º andar - Edifício Jockey Club - Brasília/DF - CEP: 70302-912

Telefone: (61) 3224-0447 - Telefax: (61) 3225-8137

Site: www.sindiservico.org.br - E-mail: sindiservicosdf@gmail.com



Publicação do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviço e Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal

Diretoria Executiva

Presidente: Maria Isabel Caetano dos Reis
Secretária Geral: Andréa Cristina da Silva
Tesoureiro: Osmar Felix de Oliveira
Diretora de Políticas e Organização Sindical: Antônia Soares da Silva
Diretor de Formação Sindical: Jorge Luiz Prates
Diretor de Comunicação e Imprensa: Antônio de Pádua Lemos
Diretora de Políticas Sociais e Habitacionais: Jacira Barreira do Nascimento Silva
Diretora de Políticas para as Mulheres e Combate ao Racismo: Maria Helena Pereira da Silva
Diretora de Assuntos Jurídicos: Leiliane Araujo de Lima

Diretoria Suplente

Ana Lucia da Silva
Edinelza Antunes de Souza
Eli Carlos Rocha Evangelista
Joaquim Oliveira de Andrade
Marlene Francisca da Silva
Maria dos Remédios da Silva Madeira
Rogério de Souza Ferraz
Selene Siman
Washington Alves Ferreira

Conselho Fiscal

Cilma da Cruz Galvão
Pedro Coelho Rodrigues
Rosete Sousa

Suplentes Conselho Fiscal

Neurimar Maciel da Conceição
Raimundo Conceição Mascarenhas Filho
Hildete Torres Maia

Delegados Representantes Junto à Federação

Maria Isabel Caetano dos Reis
Antônio de Pádua Lemos

Suplente

Leiliane Araujo de Lima

Jornalista: Robson Oliveira Silva - 9552/SRT-DF

Fotos: Agnaldo Azevedo e Robson Silva

Projeto Gráfico e Diagramação: Marcus Monici

Impressão: Grafimaq - Gráfica Materiais e Serviços Ltda

Orgulho de ser Sindiserviços-DF

É com grande satisfação que lhe entregamos gratuitamente a Cartilha da Convenção Coletiva de Trabalho 2016.

Ela será o seu principal instrumento de consulta neste ano no qual a direção do Sindiserviços-DF conquistou o reajuste salarial de 10,5% e o aumento no auxílio alimentação para R\$ 27,50.

Também foram mantidas todas as cláusulas sociais e avançamos com novas cláusulas imprescindíveis para a garantia do emprego, a melhoria nas estruturas de trabalho e na qualidade de vida dos quase cem mil trabalhadoras e trabalhadores terceirizados do Distrito Federal (DF) e seus familiares.

A impressão da Cartilha da Convenção juntamente com o pagamento de parte das despesas da Campanha Salarial 2016, só foi possível mediante a contribuição espontânea com Taxa Assistencial.

Ela simboliza a responsabilidade com o patrimônio sindical e foi aprovada por milhares de trabalhadores presentes na Assembléia Geral da Data-Base, que autorizaram o desconto de 3% de uma única vez no primeiro salário reajustado.

Mesmo diante da intransigência e arrocho patronal, num período de crise econômica e diante de um Congresso Nacional conservador que quer tirar direi-



Maria Isabel Caetano dos Reis
PRESIDENTE

tos da classe trabalhadora, a categoria tem conquistado nos últimos anos avanços econômicos e sociais significativos.

No período de 2013 até hoje, os trabalhadores conquistaram aumento no menor piso salarial da categoria em torno de 35%, enquanto os demais pisos salariais cresceram cerca de 25%, o que significou um ganho real de mais que 10% sobre a inflação. O auxílio alimentação que era de R\$ 18,00 em 2013, agora é de R\$ 27,50, numa trajetória de ganho real de 52,7%.

Também foram muitos os avanços nas cláusulas sociais. Entre elas, a conquista do Plano de Saúde (Saúdesim). Ele é gratuito para o trabalhador.

Os porteiros conquistaram a cláusula que garante que ele não precisará mais fazer rondas; nem a pé e muito menos motorizadas (carro, moto ou bicicleta).

Para cuidar da saúde dos nossos dependentes, foi incluída a cláusula que dá direito ao trabalhador um dia para acompanhamento de saúde do filho menor de quatorze anos e acompanhamento de filhos portadores de necessidades especiais de qualquer idade, limitado há cinco dias por ano.

Já a trabalhadora gestante, após completar o período aquisitivo, poderá marcar suas férias na sequência da licença-maternidade.

Sabemos que unidos poderemos avançar ainda muito mais, porque temos unidade com consciência de classe.

A categoria sabe que tudo que conquistamos foi com muita luta e sofrimento, inclusive varrer há mais de dez anos atrás os pelegos da direção do sindicato, que nos desonraram e tentaram dilapidar nosso patrimônio sindical.

Hoje somos considerados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) como uma das categorias de trabalhadores terceirizados no Brasil que conquistaram os melhores acordos de data-base nos últimos anos.

Também são constantes os elogios por parte da Central Única dos Trabalhadores (CUT Brasília), que destaca o Sindiserviços-DF como uma instituição sindical dirigida com transparência, comprometimento com o trabalhador, lisura e extrema competência administrativa. Unidos Somos Fortes!

Maria Isabel Caetano dos Reis
Presidente

Apresentação

O exemplo do Sindiserviços e de sua categoria

Determinação e luta, a fórmula para conquistas



A luta sindical nunca foi fácil. Atuar contra as artimanhas dos patrões, seja governo ou empresário, é uma tarefa que exige habilidade e, acima de tudo, compromisso, perseverança, trabalho coletivo e muita organização.

A ação sindical se mostra ainda mais complicada quando se trabalha em defesa de categorias de menor renda e formação, superexploradas e, muitas vezes, enganadas por empresários intermediários, inescrupulosos e gananciosos.

Este é o caso do Sindiserviços-DF que, mesmo diante de todas as barreiras construídas pelo capitalismo selvagem, vem, a cada ano, garantindo conquistas essenciais e históricas para quase 90 mil famílias de trabalhadores terceirizados.

A memória de lutas do Sindiserviços-DF comprova a legitimidade, a valentia e a capacidade da entidade sindical e de toda a categoria. Nos últimos três anos, mesmo diante de uma crise econômica nacional, da imposição de projetos neoliberais que detonam os direitos dos trabalhadores e impedem avanços sociais e de irresponsabilidades de governos

locais na manutenção de contratos, o Sindiserviços e a categoria garantiram pleitos que refletem na valorização e na qualidade de vida dos terceirizados do DF. Mas, é lógico, ainda queremos muito mais para reduzir as enormes e injustas diferenças sociais.

De janeiro de 2013 até esta Convenção Coletiva de Trabalho de 2016, a partir de intensas campanhas salariais, atos, protestos, marchas e outras ações, o piso mínimo dos trabalhadores terceirizados teve aumento de mais de 35%, o que representa um aumento real de mais de 10% sobre a inflação do período. Esses reajustes são considerados os maiores conquistados por uma categoria no país em três anos.

Além de conquistas financeiras, as campanhas salariais dos trabalhadores terceirizados do DF, organizados pelo Sindiserviços, também prezaram por avanços nas cláusulas sociais. Exemplo disso é a conquista do plano de saúde para a categoria, sem gerar custos ao trabalhador.

Também é marca registrada do Sindiserviços-DF a luta contra atrasos salariais e demissões imotivadas. Mesmo com o governo Rollemberg, que pleiteia o equilíbrio das contas à custa da classe trabalhadora e em favor de empresas, o sindicato nunca se omitiu de organizar paralisações e greves da categoria e enfrentar os desmandos, omissões e calotes governamentais. Sem radicalismo, mas com compromisso e convicção na defesa da categoria.

A luta do Sindiserviços, sobretudo, não é corporativista. A entidade é um dos sindicatos CUTistas que

mais prezam pela solidariedade de classe, um dos princípios da Central Única dos Trabalhadores.

Por isso, é comum ver os dirigentes sindicais desse sindicato se somando às lutas de âmbito nacional, como as batalhas contra o projeto da escravidão (PLC 30, antigo PL 4330, que prejudica os trabalhadores terceirizados), a luta em defesa da educação e da saúde pública, a defesa de empresas estatais e outras pautas que buscam dar ao país um perfil de justiça e igualdade.

A CUT Brasília parabeniza a brava atuação de toda a categoria de trabalhadores em asseio e conservação e dos dirigentes do Sindiserviços-DF, representados pela presidenta, Maria Isabel Caetano dos Reis, e reafirma a parceria em todos os momentos de luta e desafios para mais conquistas para todos.

Juntos somos fortes, somos CUT!

Rodrigo Britto

Presidente da CUT Brasília

Categoria é exemplo de luta

Acompanho a trajetória do SINDISERVIÇOS há muito tempo. Lembro que quando era presidenta da CUT, tínhamos um presidente no sindicato que decidia o que a categoria ia reivindicar e fechava os acordos sem que a categoria pudesse ter conhecimento. A categoria não sabia o que estava sendo pleiteado em seu nome nem o que tinha sido fechado no acordo em seu nome.



Hoje a realidade é outra. Hoje, desde a elaboração da pauta de reivindicações até os desdobramentos da luta, o fechamento do acordo, tudo é construído democraticamente, como cabe a um sindicato que tenha respeito pelas trabalhadoras e trabalhadores que representa.

Penso que essa categoria tem sido exemplo de luta para todas e todos os trabalhadores na nossa cidade. Falo isso porque, muitas vezes no dia-a-dia, nós temos os trabalhadores e as trabalhadoras invisibilizados. É como se não existissem. Não recebem um bom dia, uma boa tarde. Mas, quando se colocam em movimento, toda a cidade percebe o poder e o valor do trabalho diário. E quando cruzam os braços, temos a cidade sem funcionar.

Portanto, tenho uma alegria muito grande de ter participado, e continuar participando, da história desses homens e, particularmente, dessas mulheres guerreiras, que têm muita coragem, que são exemplo de determinação, de participação e de luta para cada trabalhador e para cada trabalhadora desta cidade.

Quando a gente senta para negociar, fazer um acordo coletivo, muitas vezes temos uma situação de desigualdade, onde os patrões têm muito e as trabalhadoras e os trabalhadores têm pouco. Mas é na luta, no decorrer do processo, que vamos mostrando nossa força. Muitas vezes os acordos não são exatamente o que nós queremos, mas eles sempre representam um avanço em relação ao que os patrões querem tirar de cada uma e de cada um de nós.

Por isso, eu tenho uma alegria muito grande de fazer parte da construção da luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras que são representados pelo SINDISERVIÇOS. Parabéns à categoria e parabéns ao sindicato!

Erika Kokay (PT-DF)

Deputada Federal

Terceirizados unidos, direitos garantidos

Apesar de estar ocupando o cargo de deputado distrital, sou um vigilante e a há 36 anos acompanho de perto a luta dos trabalhadores terceirizados do DF, um vez que Já trabalhei na empresa Juiz de Fora, na Fiança e, atualmente, estou licenciado da empresa Sesvi.



Portanto, conheço de perto essa situação dos trabalhadores terceirizados em Brasília e no Brasil, que é uma das mais graves. Lutei muito para que o Sindicato dos Trabalhadores Terceirizados de Brasília (SINDISERVIÇOS) passasse para as mãos dos trabalhadores, porque por um período muito grande ele foi dominado por pelegos. Foi uma verdadeira luta consegui colocar o sindicato nas mãos dos trabalhadores.

Mas nós temos muita dificuldade, muito a fazer ainda porque estas empresas de limpeza, elas têm uma facilidade muito grande de surgirem, muitas vezes não tem nem escritório, funciona numa pasta 007, vão embora e os trabalhadores ficam sem ter de quem cobrar. Por isso, aprovei uma lei aqui que determina que sejam recolhidas as parcelas rescis-

sórias, tais como férias, 13º, férias proporcionais e tudo, para uma conta especial para que seja pago os trabalhadores, no caso de calote das empresas.

E acompanhei de perto essa última campanha salarial e sei o quanto foi difícil conquistar esse reajuste; o índice no ticket alimentação, no momento de crise, de desemprego que o Brasil vive. É só verificarmos que 16% da população economicamente ativa do DF está desempregada.

Portanto, está de parabéns o Sindicato, toda a diretoria, especialmente a dona Isabel, assim como também que está de parabéns a base dos trabalhadores que vieram à luta e conquistaram esse reajuste.

Deputado Chico Vigilante (PT/DF)

Contracs/CUT

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT (Contracs/CUT) é um imenso prazer e orgulho lutar juntamente com nossas entidades filiadas combativas, como é o caso do Sindiserviços-DF.



Por mais um ano, estivemos juntos nas assembleias e na negociação sempre em busca de condições dignas de trabalho e por uma remuneração justa para os trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas do Distrito Federal.

Acreditamos na solidariedade de classe e é este sentimento que traduz nossas lutas em conquistas a cada ano, a cada greve, a cada assembleia e em cada mobilização.

Sabemos da luta diária e sem trégua pela qual os trabalhadores/as terceirizados do Distrito Federal tem passado junto a um Governo que não cumpre suas obrigações e deixa os trabalhadores/as sem pagamentos e benefícios, mas apostamos na aguerrida batalha travada pelo Sindiserviços para garantir o cumprimento da legislação vigente.

Se o ditado popular afirma que trabalhadores unidos jamais serão vencidos, a adesão dos terceirizados do DF nas assembleias, greves, piquetes e manifestações nos mostra que o ditado não é só verdadeiro como deve ser exemplo para todas as categorias tanto no Distrito Federal quanto em outras partes de nosso Brasil.

A Contracs orgulha-se de ter o Sindiserviços-DF como uma entidade filiada e combativa. É destes exemplos e desta luta que a Contracs quer servir-se de exemplo hoje e sempre.

Parabéns aos trabalhadores/as terceirizados do DF!

Parabéns ao Sindiserviços-DF!

Juntos, somos mais fortes.

Alci Matos Araujo
Presidente da Contracs

Índice

| | |
|---|----|
| EDITORIAL | 3 |
| ORGULHO DE SER SINDISERVIÇOS-DF | 3 |
| APRESENTAÇÃO | 6 |
| O EXEMPLO DO SINDISERVIÇOS E DE SUA CATEGORIA | 6 |
| DETERMINAÇÃO E LUTA, A FÓRMULA PARA CONQUISTAS | 6 |
| CATEGORIA É EXEMPLO DE LUTA | 9 |
| TERCEIRIZADOS UNIDOS, DIREITOS GARANTIDOS | 11 |
| CONTRACS/CUT | 13 |
| CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2016 | 19 |
| CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATABASE | 19 |
| CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA | 20 |
| SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO | 21 |
| PISO SALARIAL | 21 |
| CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS | 21 |
| REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS | 24 |
| CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA DO REAJUSTE | 24 |
| CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL | 24 |
| SALÁRIO ESTÁGIO/MENOR APRENDIZ | 24 |
| CLÁUSULA SEXTA - DO APRENDIZ | 24 |
| DESCONTOS SALARIAIS | 24 |
| CLÁUSULA SÉTIMA - SOBRE OS DIAS PARADOS | 24 |
| CLÁUSULA OITAVA - ADIANTAMENTOS SALARIAIS | 25 |
| OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO | 25 |
| CLÁUSULA NONA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DE DESCONTOS | 25 |
| CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO | 26 |
| GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS | 26 |
| 13º SALÁRIO | 26 |
| CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO | 26 |
| ADICIONAL DE PERICULOSIDADE | 27 |
| CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FUNÇÃO ESPECÍFICA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE | 27 |
| OUTROS ADICIONAIS | 27 |
| CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONVÊNIOS | 27 |
| SALÁRIO FAMÍLIA | 27 |
| CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SALÁRIO FAMÍLIA | 27 |
| AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO | 27 |
| CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO | 27 |

| | |
|---|-----------|
| AUXILIO TRANSPORTE | 28 |
| CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE TRANSPORTE | 28 |
| AUXÍLIO SAÚDE | 29 |
| CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PLANO DE SAÚDE | 29 |
| AUXÍLIO MORTE/FUNERAL | 32 |
| CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA E AUXÍLIO FUNERAL | 32 |
| OUTROS AUXÍLIOS | 34 |
| CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA | 34 |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONSIGNAÇÕES | 35 |
| CONTRATO DE TRABALHO - ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES | 35 |
| NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO | 35 |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO | 35 |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMITIDO OS EMPREGADOS READMITIDOS SERÃO CONTRATADOS POR PRAZO INDETERMINADO, DESDE QUE O CONTRATO ANTERIOR TENHA SIDO DE PELO MENOS 1 (UM) ANO. | 35 |
| DESLIGAMENTO/DEMISSÃO | 36 |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO E CARTA DE APRESENTAÇÃO | 36 |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES | 36 |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS | 38 |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS | 39 |
| MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA/TERCEIRIZAÇÃO | 39 |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATO TEMPORÁRIO | 39 |
| OUTRAS NORMAS REFERENTES À ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO | 40 |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO | 40 |
| CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - RELAÇÃO MENSAL | 40 |
| RELAÇÕES DE TRABALHO - CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES | 40 |
| QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 40 |
| CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CURSOS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL | 40 |
| ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO | 40 |
| CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA VEDAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE RONDA MOTORIZADA POR AGENTE DE PORTARIA / FISCA | 40 |
| ESTABILIDADE MÃE | 41 |
| CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE | 41 |
| ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR | 41 |
| CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR | 41 |
| OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO | 41 |

| | |
|---|-----------|
| CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - LOCAL PARA REFEIÇÃO E ARMÁRIO | 41 |
| OUTRAS NORMAS DE PESSOAL | 42 |
| CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS DE EMPREGADO ESTUDANTE .42 | |
| JORNADA DE TRABALHO - DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS | |
| PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA | 42 |
| CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS | 42 |
| INTERVALOS PARA DESCANSO | 43 |
| CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DE DESCANSO REMUNERADO NO | |
| PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO | 43 |
| CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO | 43 |
| CONTROLE DA JORNADA. | 44 |
| CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO | 44 |
| CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE | |
| JORNADA DE TRABALHO | 44 |
| FALTAS. | 45 |
| CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO | 45 |
| TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. | 45 |
| CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA ESPECIAL | 45 |
| OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA. | 47 |
| CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DOS FERIADOS TRABALHADOS | |
| (SÚMULA 444 TST) | 47 |
| FÉRIAS E LICENÇAS | 48 |
| REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS | 48 |
| CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - PAGAMENTO DE FÉRIAS | 48 |
| LICENÇA REMUNERADA. | 49 |
| CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - AUSÊNCIA REMUNERADA | 49 |
| OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS | 50 |
| CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS DA GESTANTE | 50 |
| SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR. | 50 |
| EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA. | 50 |
| CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE | |
| PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) | 50 |
| UNIFORME | 50 |
| CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - UNIFORMES | 50 |
| CIPA - COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS. | 51 |
| CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ELEIÇÕES PARA A CIPA | 51 |
| PROFISSIONAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA | 51 |
| CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO | 51 |
| OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE | 52 |
| CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA | |
| SOCIAL | 52 |
| CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÃO | |
| DE ACIDENTE DO TRABALHO | 52 |

| | |
|---|-----------|
| RELAÇÕES SINDICAIS | 52 |
| ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO | 52 |
| CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS | 52 |
| GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS | 53 |
| CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DO AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS | 53 |
| CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS | 53 |
| CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DESCONTO ASSISTENCIAL | 53 |
| CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE SINDICAL | 54 |
| CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL | 55 |
| CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL | 57 |
| OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA | 57 |
| CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL | 57 |
| CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - INCENTIVO À CONTINUIDADE | 58 |
| CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISOS | 60 |
| CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - ENTREGA DA GFIP | 60 |
| CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - RELÓGIO VIGIA | 61 |
| CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CÓPIA DA RAIS | 61 |
| CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL | 61 |
| OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO | 62 |
| CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO 62 | |
| DISPOSIÇÕES GERAIS | 64 |
| MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS | 64 |
| CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS | 64 |
| APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO | 64 |
| CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - PROCESSO LICITATÓRIO | 64 |
| CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO | 64 |
| DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO | 64 |
| CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER | 64 |
| OUTRAS DISPOSIÇÕES | 65 |
| CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES MAIS FAVORÁVEIS | 65 |
| CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DAS EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL | 65 |
| CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - COMPLEMENTAÇÃO DE DISPOSIÇÕES | 66 |
| CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS | 66 |
| SAIBA COMO CALCULAR SEUS DIREITOS TRABALHISTAS | 68 |
| O MERCADO DE TRABALHO E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS | 70 |
| AMPLIO DEBATE | 71 |
| PLANO DE SAÚDE | 72 |
| ISABEL AVISA | 74 |

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2016/2016

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000051/2016

DATA DE REGISTRO NO MTE: 17/02/2016

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR007240/2016

NÚMERO DO PROCESSO: 46206.002445/201694

DATA DO PROTOCOLO: 11/02/2016

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/000110, neste ato representado (a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA;

E

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DFSINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/000100, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS;

Celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATABASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro

de 2016 a 31 de dezembro de 2016 e a database da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRABALHO TEMPORÁRIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL, TAIS COMO: Adestrador; Agente de Portaria/Fiscal de Piso; Ajudante; Ajudante de Caminhão; Ajudante de Cozinha; Ajudante Geral de Manutenção, Apoio Administrativo, Arquivista e Reparos; Alinhador/Balanceador de Autos; Almojarife; Arquivista; Arrumadeira; Atendente; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Encarregado; Auxiliar de Jardinagem; Auxiliar de Serviços Gerais; Bombeiro Hidráulico; Borracheiro; Cabineiro; Camareiro; Carpinteiro; Carregador de Móveis; Carregador/Estiva; Chaveiro; Chefe de Cozinha; Copeira; Costureira de livros; Coumim; Cozinheiro; Eletricista; Eletricista de Auto; Eletrotécnico; Encarregado de Jardinagem; Encarregado de Limpeza; Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos; Encarregado Geral; Enrolador de Motores; Estofador; Frentista; Funileiro; Garagista; Garçom; Jardineiro; Jauzeiro; Lanterneiro de Auto; Lavador de Auto; Lavanderia; Lustrador de Móveis; Maitre; Manobrista; Marceneiro; Mecânico de Auto; Mecânico de Veículo Pesado; Mestre de Obras; Montador de Divisórias; Office Boy / Contínuo; Operador de Balancim; Operador de Bilheteria; Operador de

Fotocopiadora; Operador de Microtrator; Operador de Roçadeira Costal; Operador de Trator; Operador de Trator de Esteira; Pedreiro; Persianista; Pintor; Pintor de Auto; Piscineiro; Recepcionista; Salgadeira; Serralheiro; Servente; Supervisor; Técnico de Máquina; Técnico de Refrigeração; Técnico Edificação / Fiscal Predial; Torneiro Mecânico; Tratador de Animas; Vaqueiro; Vidraceiro; Zelador, com abrangência territorial em DF.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva não poderão utilizar salário inferior ao piso mínimo de R\$ 1.052,20 (hum mil e cinquenta e dois reais e vinte centavos). Os salários normativos da categoria por atividades específicas, já reajustados, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2016 são:

| | |
|--|--------------|
| Adestrador | R\$ 1.974,51 |
| Agente de Portaria/Fiscal de Piso | R\$ 1.146,64 |
| Ajudante | R\$ 1.052,20 |
| Ajudante de Caminhão | R\$ 1.052,20 |
| Ajudante de Cozinha | R\$ 1.052,20 |
| Ajudante Geral de Manutenção e Reparos | R\$ 1.052,20 |
| Alinhador/Balanceador de Autos | R\$ 1.361,80 |
| Almoxarife | R\$ 1.553,46 |
| Arquivista | R\$ 3.064,61 |
| Arrumadeira | R\$ 1.052,20 |

| | |
|--|--------------|
| Atendente | R\$ 1.087,48 |
| Auxiliar Administrativo | R\$ 1.087,48 |
| Auxiliar de Encarregado | R\$ 1.553,46 |
| Auxiliar de Jardinagem | R\$ 1.052,20 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | R\$ 1.052,20 |
| Bombeiro Hidráulico | R\$ 1.553,46 |
| Borracheiro | R\$ 1.398,23 |
| Cabineiro | R\$ 1.052,20 |
| Camareiro | R\$ 1.052,20 |
| Carpinteiro | R\$ 1.553,46 |
| Carregador de Móveis | R\$ 1.052,20 |
| Carregador/Estiva | R\$ 1.052,20 |
| Chaveiro | R\$ 1.127,28 |
| Chefe de Cozinha | R\$ 2.239,56 |
| Copeira | R\$ 1.052,20 |
| Costureira de livros | R\$ 1.052,20 |
| Coumim | R\$ 1.087,48 |
| Cozinheiro | R\$ 1.760,69 |
| Eletricista | R\$ 1.553,46 |
| Eletricista de Auto | R\$ 1.553,46 |
| Encarregado de Jardinagem | R\$ 2.104,40 |
| Encarregado de Limpeza | R\$ 2.104,40 |
| Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos | R\$ 2.104,40 |
| Encarregado Geral | R\$ 2.687,37 |
| Enrolador de Motores | R\$ 1.361,80 |
| Estofador | R\$ 1.075,21 |
| Fiscal Predial | R\$ 1.922,08 |
| Frentista | R\$ 1.052,20 |
| Funileiro | R\$ 1.553,46 |
| Garagista | R\$ 1.146,64 |
| Garçom | R\$ 1.553,46 |
| Jardineiro | R\$ 1.553,46 |
| Jauzeiro | R\$ 1.247,51 |
| Lanterneiro de Auto | R\$ 1.553,45 |
| Lavador de Auto | R\$ 1.052,20 |
| Lavanderia | R\$ 1.052,20 |

| | |
|-------------------------------|--------------|
| Lavanderia | R\$ 1.052,20 |
| Lustrador de Móveis | R\$ 1.553,46 |
| Maitre | R\$ 1.950,86 |
| Manobrista | R\$ 1.346,36 |
| Marceneiro | R\$ 1.553,46 |
| Mecânico de Auto | R\$ 1.553,46 |
| Mecânico de Veículo Pesado | R\$ 1.900,94 |
| Mestre de Obras | R\$ 2.010,15 |
| Montador de Divisórias | R\$ 1.217,07 |
| Office Boy / Contínuo | R\$ 1.052,20 |
| Operador de Balancim | R\$ 1.346,37 |
| Operador de Bilheteria | R\$ 1.803,59 |
| Operador de Fotocopiadora | R\$ 1.052,20 |
| Operador de Microtrator | R\$ 1.191,01 |
| Operador de Roçadeira Costal | R\$ 1.087,48 |
| Operador de Trator | R\$ 1.346,37 |
| Operador de Trator de Esteira | R\$ 1.605,21 |
| Pedreiro | R\$ 1.553,46 |
| Persianista | R\$ 1.553,46 |
| Pintor | R\$ 1.553,46 |
| Pintor de Auto | R\$ 1.605,21 |
| Piscineiro | R\$ 1.052,20 |
| Recepcionista | R\$ 1.553,46 |
| Salgadeira | R\$ 1.127,28 |
| Serralheiro | R\$ 1.553,46 |
| Servente | R\$ 1.052,20 |
| Supervisor | R\$ 2.104,41 |
| Torneiro Mecânico | R\$ 1.690,85 |
| Tratador de Animais | R\$ 1.974,53 |
| Vaqueiro | R\$ 1.483,88 |
| Vidraceiro | R\$ 1.361,80 |
| Zelador | R\$ 1.146,64 |

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA DO REAJUSTE

Diante da realização do registro desta Convenção Coletiva depois da database da categoria, as partes acordam que os efeitos financeiros retroativos desta Convenção, serão pagos na folha de pagamento referente a MARÇO/2016.

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL

A todos os componentes da categoria profissional fica garantido um reajuste de 10,5% (dez e meio por cento) sobre os salários, a partir de 01 de janeiro de 2016.

Salário Estágio/Menor Aprendiz

CLÁUSULA SEXTA - DO APRENDIZ

Os contratos de aprendizagem, assim entendidos os que se enquadrem no disposto contido no artigo 428 da CLT, não poderão estabelecer salário inferior ao previsto no § 2º do mesmo dispositivo legal, salvo condição mais favorável.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SÉTIMA - SOBRE OS DIAS PARADOS

Os Sindicatos convenientes se comprometem a evitar esforços junto aos tomadores dos serviços para evitar qualquer desconto nos salários dos trabalhadores, tendo em vista os dias parados com a deflagração de eventual movimento grevista.

Parágrafo Primeiro - As empresas não descontarão os dias parados, caso seja possível a compensação da jornada. A compensação dependerá obrigatoriamente da concordância dos tomadores de serviço.

Parágrafo Segundo - Os empregados não sofrerão penalidades pelas faltas decorrentes do movimento grevista, salvo quando a mesma for considerada abusiva ou descumpra a legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - ADIANTAMENTOS SALARIAIS

As empresas se obrigam a não efetuar descontos nos salários e/ou nos TRCT's de seus empregados a título de adiantamento salarial superior a 30% (trinta por cento) do valor do salário nominal de cada trabalhador, salvo na hipótese de rescisão contratual, quando então o desconto poderá ser feito na integralidade do saldo existente. Parágrafo Único - A inobservância do caput desta cláusula tornará sem efeito o desconto efetuado, ficando a empresa faltante obrigada a reembolsar o trabalhador o valor do desconto superior aos 30%, salvo se houve manifestação dos dois sindicatos em sentido contrário, após justificativa da empresa.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA NONA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DE DESCONTOS

O pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a iden-

tificação da empresa, e o qual constarão a remuneração com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS. PARÁGRAFO ÚNICO - As empresas ficam obrigadas a discriminar as nomenclaturas corretas referentes a cada desconto sofrido no pagamento do empregado, principalmente as alusivas às faltas, penalidades, mensalidade do sindicato, contribuição social, taxa assistencial, adiantamento salarial, dentre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Os empregados admitidos não poderão receber salário inferior ao do empregado demitido, desde que desenvolvam atividade da mesma natureza, com igual produtividade e com mesma perfeição técnica. Caso o empregado demitido tenha executado mais de dois anos de contrato de emprego, o benefício estipulado nesta Cláusula não será exigível ou aplicável.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas deverão efetuar o pagamento do décimo terceiro salário, para todos os seus empregados, em única parcela, até o dia 19 de dezembro de 2016.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FUNÇÃO ESPECÍFICA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Quando o trabalho de JAUZEIRO for exercido em balancim, será acrescido ao salário, a título de adicional de periculosidade, o percentual de 30% (trinta por cento).

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONVÊNIOS

Os convênios assinados pelo Sindicato Laboral, em relação aos quais os empregados das empresas aderirem, de forma escrita, e que requerem desconto nos recibos de pagamentos, esses valores serão descontados pelas empresas, desde que o empregado autorize por escrito, e repassados para o Sindicato Laboral até o 15º dia do mês subsequente.

Salário Família

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SALÁRIO FAMÍLIA

As empresas se obrigam a entregar recibo relativo à entrega de documento (Certidão de Nascimento) pelo empregado, para fins de percepção de salário família nos termos do Artigo 84 do Decreto MPAS nº 3.048/99.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder, a cada 30 (trinta) dias aos seus empregados, e de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados o auxílio alimentação, no valor de R\$ 27,50 (vinte e sete reais e cinquenta centavos), sem ônus para o trabalhador. A presente parcela não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

Parágrafo Primeiro - O pagamento do auxílio alimentação será efetuado através de tíquete / cartão alimentação e/ou pecúnia.

Parágrafo Segundo - DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO - Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALE TRANSPORTE

As empresas fornecerão o vale transporte aos empregados, de uma única vez, e a cada 30 (trinta) dias, conforme previsto em lei.

Parágrafo Primeiro - BASE DE CÁLCULO - Entende-se que a base de cálculo para desconto do vale transporte compreenderá o salário base do empregado.

Parágrafo Segundo - DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO - Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale transporte correspondente aos dias

de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PLANO DE SAÚDE

As empresas repassarão ao sindicato laboral, mensalmente, o valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais), a título de plano de saúde, unicamente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, sendo responsabilidade exclusiva do SINDISERVIÇOS contratar e administrar o referido plano. O benefício em questão será custeado exclusivamente com os valores repassados pelos órgãos da administração pública e privada, contratantes da prestação dos serviços.

Parágrafo primeiro - O Plano a que se refere o caput deverá compreender além de consultas e exames, atendimento cirúrgico, obstétrico e internações.

Parágrafo segundo - O valor será repassado ao sindicato laboral até o dia 25 do mês subsequente ao recebimento do órgão / cliente contratante.

Parágrafo terceiro - Juntamente com os valores repassados, a empresa entregará a relação dos empregados efetivos e beneficiados, na forma disposta no caput, em arquivo eletrônico e em meio físico, devidamente assinada.

Parágrafo quarto - O benefício, plano de saúde, pelo seu caráter assistencial não integra a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Parágrafo quinto - O plano de saúde ora instituído será devido apenas e tão somente em relação aos empregados efetivos alocados a serviço do contratante que concedeu o referido benefício, limitado ao contingente contratado.

Parágrafo sexto - A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas representadas pelo SEAC/DF ficam obrigadas a incluir nas suas planilhas de custos e formação de preços, como também nas propostas, o valor destinado ao plano de saúde, nas próximas licitações e contratações públicas, como também nas contratações privadas, sob pena de caracterizar concorrência desleal e nulidade dos atos licitatórios e contratuais.

Parágrafo sétimo - Na hipótese de os tomadores dos serviços atrasarem ou interromperem o pagamento a ser realizado às empresas dos valores referentes ao benefício previsto no caput desta cláusula, ficarão as mesmas momentaneamente desobrigadas de repassarem qualquer valor ao SINDISERVIÇOS, até a completa normalização dos pagamentos.

Parágrafo oitavo - As empresas se obrigam a incluir o valor destinado ao plano de saúde em suas planilhas que instruírem os pedidos de repactuação de seus atuais contratos.

Parágrafo nono - Os sindicatos convenientes, em ação conjunta, assumem entre si o compromisso de impugnarem todos os Editais publicados a partir do mês de janeiro de 2016, que não contemplem os trabalhadores com plano de saúde.

Parágrafo décimo - Os empregados que atuam em funções administrativas nas empresas de prestação de serviços abrangidas por esta CCT e/ou outras empresas do mesmo grupo econômico, sediadas no Distrito Federal, bem como empregados não efetivados ou não diretamente ativos nos contratos de prestação de serviços, poderão aderir ao plano de saúde contratado pelo SINDICATO, inclusive com a inclusão de seus dependentes, desde que arquem com o custo total do mesmo, na forma contratada, atendidas as normas estabelecidas pela ANS.

Parágrafo décimo primeiro - É facultado às empresas promoverem o repasse do valor do plano ao sindicato laboral ou promoverem o repasse diretamente à operadora do plano, sem que isso signifique transferência das competências descritas no caput.

Parágrafo décimo terceiro - A empresa que não recolher ou repassar os valores recebidos a título de Plano de Saúde cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover a ação judicial pertinente.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURO DE VIDA E AUXÍLIO FUNERAL

Fica instituído o benefício do auxílio funeral no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), o qual deverá ser pago pela empresa àquele que apresentar o comprovante de gastos relativos ao funeral do seu empregado.

Parágrafo primeiro - O SEAC/DF disponibilizará, para as empresas, Apólice de Seguro de Vida e Auxílio Funeral com Seguradora/Corretora no valor mensal de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por empregado efetivo, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de seguro garantirá o pagamento da quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de Seguro de Vida mais R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de Auxílio Funeral em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.

Parágrafo segundo - As empresas serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Seguradora, disponibilizada pelo SEAC/DF, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício.

Parágrafo terceiro - Juntamente com os valores destinados para a Seguradora/Corretora, a empresa entregará a relação dos empregados efetivos, em arquivo eletrônico e em meio físico, devidamente assinada. A responsabilidade pela conferência e guarda

dos documentos será da Seguradora/Corretora.

Parágrafo quarto - O SEAC/DF figurará na relação como estipulante da apólice, sendo dessa forma representante das empresas, que figurarão como subestipulantes, porém, toda a responsabilidade de cunho patrimonial, em caso de inadimplência contratual, recairá sobre as empresas e a Seguradora/Corretora.

Parágrafo quinto - O benefício descrito no parágrafo primeiro será custeado com os valores repassados exclusivamente pelos contratantes da prestação dos serviços, órgãos da administração pública e pessoas de direito privado.

Parágrafo sexto - As empresas se obrigam a incluir nas planilhas de preço o valor destinado a Apólice de Seguro, na oportunidade de repactuação dos contratos vigentes.

Parágrafo sétimo - A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas se obrigam, nas contratações privadas, bem como em licitações e contratações públicas futuras, a incluir nas suas planilhas de custo e formação de preços o valor destinado a Apólice de Seguro.

Parágrafo oitavo - A empresa que receber a quantia do órgão contratante terá até o dia 25 do mês subsequente para efetuar o repasse em favor da Seguradora/Corretora. **Parágrafo nono** - As empresas, em caso de não adesão à apólice de seguro, por

qualquer motivo, não estarão desobrigadas a cumprir com o pagamento do auxílio funeral, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme estabelecido no caput desta cláusula.

Parágrafo décimo - O benefício, Seguro de vida e Auxílio funeral, pelo seu caráter assistencial não integra a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Fica convencionado que as empresas pagarão, mensalmente para o Sindicato Laboral, o valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, valor esse a ser pago até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores representados pelo SINDISERVIÇOS.

Parágrafo Primeiro - A empresa que não recolher ou repassar o auxílio odontológico, cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover a ação judicial pertinente.

Parágrafo Segundo - Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as

empresas possuam plano odontológico, o valor estipulado nesta cláusula é devido.

Parágrafo Terceiro - Para dar plena efetividade no cumprimento integral do atendimento odontológico, inclusive para os familiares diretos dos trabalhadores, o SINDISERVIÇOS poderá estabelecer regras e procedimentos administrativos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONSIGNAÇÕES

Os Sindicatos convenientes se esforçarão no sentido de fazer convênios com farmácias, no intuito dos empregados poderem comprar remédios, e esses serem descontados de salário, com a devida autorização prévia.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO

Os Sindicatos convenientes não firmarão acordo ou convenção coletiva autorizando a realização do contrato por tempo determinado previsto na Lei nº 9.601/98 e no Decreto nº 2.490/98, sem prévia reunião conjunta com ata formalizada, na qual conste anuência de ambos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMITIDO Os empregados readmitidos serão contratados por prazo

indeterminado, desde que o contrato anterior tenha sido de pelo menos 1 (um) ano.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AVISO PRÉVIO E CARTA DE APRESENTAÇÃO

O aviso prévio deverá respeitar o estabelecido na Legislação vigente, notadamente no que tange à Lei 12.506/2011.

Parágrafo Primeiro - O aviso prévio será fornecido por escrito em três vias, com contra recibo, devendo constar expressamente como o trabalhador irá trabalhar no período de aviso ou se o mesmo será indenizado.

Parágrafo Segundo - No momento da concessão do aviso prévio, o empregador deverá informar o dia, local e horário da homologação da rescisão.

Parágrafo Terceiro - As empresas fornecerão, por ocasião da homologação da rescisão do contrato de trabalho, carta de apresentação a todos os empregados que não tenham sido demitidos por justa causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados a partir de 12 (doze) meses de empresa deverão ser assistidas pelo SINDISERVIÇOS.

Parágrafo Primeiro - As empresas fornecerão aos empregados, no ato da homologação, cópia do atestado de afastamento e salário AAS.

Parágrafo Segundo - No caso de impedimento da homologação da rescisão do contrato de trabalho pela ausência do empregado ou do empregador, o SINDISERVIÇOS fornecerá documento comprovando o comparecimento da(s) parte(s), desde que devidamente demonstrada à notificação e a ciência do empregado do aviso prévio.

Parágrafo Terceiro - Todas as empresas são obrigadas a apresentar no ato da homologação das rescisões contratuais, as guias de pagamento ou depósito das contribuições e mensalidades sindicais devidas ao SINDISERVIÇOS e ao SEAC/DF.

Parágrafo Quarto - A não apresentação da documentação estabelecida no parágrafo anterior, implicará na aplicação de multa diária, desde que não tenha sido motivada pelo tomador de serviços, contada a partir da data de seu vencimento, correspondente a 1/60 para o empregador que não houver infringido a disposição dentro do período de 6 (seis) meses; e a 1/30 do valor do piso da categoria para o empregador reincidente na mesma prática dentro do período de 6 (seis) meses, sendo que em ambas as hipóteses o valor da multa está limitado a 1 (um) salário mínimo da categoria, a ser revertida em favor da entidade cujas guias não foram apresentadas.

Parágrafo Quinto - No caso da não apresentação das guias devidamente quitadas, o SINDISERVIÇOS não poderá recusarse a realizar as homologações, porém concederá prazo de 5 (cinco dias) para comprovação do pagamento, após o qual incidirá a multa

estabelecida no parágrafo anterior até à sua efetiva comprovação.

Parágrafo Sexto - O Sindicato deverá ressaltar todas as parcelas que entenda serem devidas ao empregado, sendo vedada a realização de ressalva genérica ao pedido de rescisão ou de quitação homologado pelo SINDISERVIÇOS, devendo o SINDISERVIÇOS fazer constar expressamente quais direitos não foram satisfeitos à data de sua intervenção.

Parágrafo Sétimo - Em havendo pagamento direto na conta corrente do empregado, o prazo para homologação das rescisões de contrato de trabalho é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data dos prazos previstos no artigo 477 da CLT, § 6º, alínea “b” desta, sob pena de multa constante no Parágrafo 8º do referido artigo. **Parágrafo Oitavo** - Objetivando promover a credibilidade e profissionalização do segmento e igualar condições operacionais das empresas atuantes no setor fica o SINDISERVIÇOS obrigado a informar oficialmente e de imediato ao SEAC/DF, os dados cadastrais relativos às empresas que não apresentarem as guias de pagamento especificadas no parágrafo terceiro.

Parágrafo Nono - As empresas deverão agendar as homologações com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sob pena de não serem atendidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

As empresas efetuarão o pagamento relativo às

verbas rescisórias do contrato de trabalho, no ato da homologação, em dinheiro ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro, em conformidade com o art. 477, § 4º da CLT. Na hipótese do obreiro ter recebido a quantia anteriormente, as empresas poderão juntar o comprovante de pagamento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Fica estipulada uma multa de 0,2% (zero ponto dois por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao Sindicato Laboral, que se obriga a visitá-la e, no caso de erro, dar prazo de 48 (quarenta e oito) horas para corrigí-la, sem multa.

Parágrafo Único - O valor da multa acima fica limitado ao montante da obrigação principal constante no TRCT, ou seja, sobre as verbas rescisórias efetivamente devidas.

Mão de Obra Temporária/Terceirização

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRATO TEMPORÁRIO

Fica acordado entre o Sindicato Patronal e o Sindicato Laboral a não inclusão do contrato temporário e trabalho parcial nas empresas do segmento, na base territorial do Distrito Federal, salvo decisão conjunta e formalizada em Ata entre os Sindicatos.

Outras normas referentes à admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas ficam proibidas de fazer anotações na carteira de trabalho dos empregados da categoria, que não aquelas determinadas por lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - RELAÇÃO MENSAL

As empresas se obrigam a fornecer ao Sindicato da categoria profissional uma relação mensal contendo o nome completo e a função dos empregados admitidos e demitidos no referido período.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CURSOS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar cursos de formação, capacitação e reciclagem profissional.

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA VEDAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE RONDA MOTORIZADA POR AGENTE DE PORTARIA / FISCA

Fica expressamente proibida a realização de ronda motorizada (carro, moto ou qualquer outro tipo de veículo motorizado ou bicicleta) por agentes de portaria e/ou fiscais de piso em condomínios residenciais, comerciais, empresas e órgãos públicos, por configurar como atividade de segurança privada, cuja atribuição é exclusiva do vigilante patrimonial, conforme Lei 7.102/1983 e Portaria 3.233/2013 DG/DPF.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE

As empresas assegurarão o emprego da gestante desde a confirmação da gravidez ao empregador, que deverá ser feita mediante atestado médico específico, até 150 (cento e cinqüenta) dias após o parto.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR

Será garantido o emprego do trabalhador alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 90 (noventa) dias após a cessão do cumprimento, desde que se apresente à sua empregadora no prazo de 30 dias.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA LOCAL PARA REFEIÇÃO E ARMÁRIO

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de conseguir junto aos tomadores de serviço locais apropriados para as refeições dos trabalhadores, e armários individuais para guarda de seus pertences.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS DE EMPREGADO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas de empregados estudantes em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido, quando estes forem submetidos a provas periódicas, desde que a empresa seja avisada, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. Parágrafo Único Cabe ao empregado a comprovação posterior do comparecimento para feitura da prova, sob pena de ser descontada de seu salário a falta correspondente.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - GARANTIA DE DESCANSO REMUNERADO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO

As empresas, na forma prevista na CLT, assegurarão à empregada, durante a jornada de trabalho, 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um para amamentar o próprio filho até que esse complete 6 (seis) meses.

Parágrafo Único - Quando a saúde do filho assim o exigir, este período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Ao empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias fica garantido um intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição, ficando a critério do empregado permanecer ou não no local de serviço.

Parágrafo Primeiro - As empresas pagarão horas extras a seus empregados quando estes não gozarem o horário de repouso e alimentação. **Parágrafo Segundo** - As empresas concederão aos seus empregados 1 (um) intervalo de 10 (dez) minutos para lanche, sendo este período computado como tempo de serviço. O intervalo será concedido somente para o funcionário que trabalha 8 (oito) horas por dia ou mais, desde que haja concordância do Tomador do serviço e, não haja prejuízo na execução do serviço.

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho dos empregados da categoria profissional é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, inclusive porteiros diurnos e noturnos.

Parágrafo Primeiro - As empresas compensarão o excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo Segundo - A jornada de trabalho estabelecida nesta cláusula poderá ser acrescida de horas suplementares que serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, ou poderão ser compensadas, conforme previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro - As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, a que convocados os trabalhadores deverão ser realizadas durante o expediente normal, e se estas ultrapassarem o horário normal de trabalho serão remuneradas como horas excedentes, como serviços extraordinários, por representarem tempo à disposição da empresa. O período será indenizado como horas excedentes apenas se estiverem consignadas nas folhas de ponto.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

As empresas representadas pelo SEAC/DF poderão manter Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, a saber: a) cartão de ponto manual; b) folha de frequência; c) biometria; d) controle de ponto por cartão magnético; e) sistema de ponto eletrônico alternativo; e outros permitidos por lei. PARÁGRAFO ÚNICO As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada ora ajustado atende as exigências do artigo 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2º da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, dispensando-se a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto - REP.

Faltas

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO

As empresas fornecerão cópias das penalidades aplicadas aos empregados para sua ciência, e também, encaminharão mensalmente cópia ao SINDISERVIÇOS, que deverá ser efetivada até ao 15º dia do mês subsequente, sob pena de nulidade da penalidade aplicada.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA ESPECIAL

As Empresas poderão adotar a Jornada Especial 12X36, 12 (doze) horas corridas de trabalho por 36

(trinta e seis) horas corridas de descanso, sem redução do salário, respeitados os pisos salariais da categoria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para os empregados que trabalham sob o regime da Jornada Especial é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, que será de, no mínimo, 1 (uma) hora contínua.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de não concessão pelo empregador do intervalo acima referido, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Consideram-se normais os dias de domingo laborados nesta jornada especial, não incidindo a dobra de seu valor, assegurada, todavia, a remuneração em dobro dos feriados trabalhados, nos termos da Súmula nº 444 do TST.

PARÁGRAFO QUARTO - Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 52 minutos e 30 segundos (artigo 73 da CLT). **PARÁGRAFO QUINTO** - No regime acordado de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 horas da manhã, sendo que cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o

adicional noturno quanto às horas prorrogadas, nos termos da Súmula nº 60, II, do TST.

PARÁGRAFO SEXTO - Aos trabalhadores sujeitos à jornada diária, em período noturno, compreendido das 22 horas às 05 horas da manhã, é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 horas da manhã, sendo que cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, nos termos da Súmula nº 60, II, do TST.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DOS FERIADOS TRABALHADOS (SÚMULA 444 TST)

O trabalho realizado em feriados deverá ser remunerado em dobro, conforme Súmula 444 do TST, levando-se em conta a quantidade de horas efetivamente trabalhadas no feriado, ressalvada decisão judicial em sentido contrário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Consideram-se feriados, para fins trabalhistas, as seguintes datas: 1º de janeiro (Confraternização Universal - art. 1º da Lei 662, de 06/04/1949); Sexta feira da paixão (data móvel - art. 2º da Lei 9.093, de 12/09/1995); 21 de abril (Tiradentes - art. 1º da Lei 662, de 06/04/1949); 1º de maio (Dia do Trabalho - art. 1º da Lei 662, de 06/04/1949); 07 de setembro (Independência do Brasil - art. 1º da Lei 662, de 06/04/1949); 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida - art. 1º da Lei 6.802,

de 30/06/1980); 02 de novembro (Dia de Finados - art. 1º da Lei 662, de 06/04/1949); 15 de novembro (Proclamação da República - art. 1º da Lei 662, de 06/04/1949); 30 de novembro (Dia do Evangélico - art. 1º da Lei Distrital 963, de 04/12/1995); 25 de dezembro (Natal - art. 1º da Lei 662, de 06/04/1949). **PARÁGRAFO SEGUNDO** - O cálculo da hora extra a ser paga pelo feriado trabalhado será efetuado dividindo-se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 100% (cem por cento) do valor da hora resultante. A título exemplificativo deve-se adotar o seguinte cálculo: $\text{salário} \div 220 \text{ horas} \times 200\%$ (100% da hora normal + 100% da hora extra) x quantidade de horas trabalhadas no feriado.

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA **- PAGAMENTO DE FÉRIAS**

Na concessão das férias o início delas não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias compensados, nem com os dias 24 e 31 de dezembro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em conformidade com o início das férias concedidas, o pagamento destas dar-se á dois dias antes do início das mesmas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A empresa fornecerá aviso de férias ao empregado 30 (trinta) dias antes da concessão das mesmas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Fica garantido o pagamento de férias proporcionais aos empregados que tiverem seu contrato rescindido sem justa causa.

Licença Remunerada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - AUSÊNCIA REMUNERADA

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b) 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c) 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho;
- d) um dia para acompanhamento de saúde de filho menor de quatorze anos ou se for portador de necessidades especiais de qualquer idade, limitado há 05 dias por ano, desde que haja comprovação, por meio de atestado de saúde competente, a ser apresentado no primeiro dia do retorno ao trabalho, que contenha o horário de atendimento, nome do filho atendido, tipo de atendimento e o nome do acompanhante; e) no período (horas), especificado no atestado médico, para comparecimento em consultas e/ou exames. O atestado deve ser entregue na empresa no dia útil posterior a realização da consulta/exame.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS DA GESTANTE

A empresa garantirá que a empregada gestante, após completar o período aquisitivo, poderá marcar seu período de férias na seqüência da licença maternidade.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Sem prejuízo das determinações contidas na NR06, as empresas se obrigam ao fornecimento dos EPI's a todos os empregados que trabalhem com produtos químicos de limpeza, na forma da legislação vigente.

Uniforme

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - UNIFORMES

Quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão aos seus empregados gratuitamente, 02 (dois) uniformes completos e 01 (um) par de meias e calçado, entregues de 06 (seis) meses em 6 (seis) meses. Parágrafo Primeiro As empresas fornecerão a todos os seus empregados que trabalham à noite 01 (uma) japona (agasalho para o frio), de 12 (doze) em 12

(doze) meses. Parágrafo Segundo As empresas fornecerão aos funcionários que trabalham ao ar livre, 01 (uma) capa de chuva, por ano, além disso, disponibilizarão protetor solar fator 30 diariamente.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ELEIÇÕES PARA A CIPA

As empresas enviarão para o SINDISERVIÇOS, sob pena de nulidade, cópias dos editais de convocação de eleições para as CIPA's, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Profissionais de Saúde e Segurança

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO

Em conformidade com o Art. 2º da Portaria SIT/DSST Nº 17, de 01/08/2007, que aprova o subitem 4.14.3 da NR4 que, por sua vez, altera a redação da Norma Regulamentadora nº 4, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) poderá ser organizado pelo SEAC/DF, englobando as empresas da mesma atividade econômica, localizadas no Distrito Federal e em municípios limítrofes.

Parágrafo Único - Fica assegurado o direito de cada empresa organizar e manter, individualmente, o seu próprio SESMT.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio doença, auxílio natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AAT), atestado de volta ao trabalho (AVT), etc., entregando os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único - A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO

As empresas fornecerão ao SINDISERVIÇOS até o dia 15 de cada mês cópias das CAT's emitidas no mês anterior.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a co-

locação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa no momento da colocação.

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DO AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

A 05 (cinco) dirigentes sindicais regularmente eleitos, integrantes da Diretoria do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizados do Distrito Federal SINDISERVIÇOS será garantida, enquanto durarem seus mandatos, a percepção de seus salários, sem a respectiva prestação dos serviços.

Parágrafo Único - Os dirigentes sindicais serão liberados para comparecimento a congressos ou reuniões sindicais mediante comunicação prévia de 48 (quarenta e oito) horas, e não sofrerão qualquer prejuízo em suas remunerações quando os mesmos não excederem a 20 (vinte) dias por ano.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DESCONTO ASSISTENCIAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados o valor equivalente a 3% (três por cento) do salário nominal do mês de abril de 2016, a título de

desconto assistencial, em favor do SINDISERVIÇOS, para custeio administrativo, assistencial e jurídico, que será repassado ao Sindicato até o dia 16 de maio de 2016, conforme discriminado abaixo.

Parágrafo Único - O valor descontado, previsto no caput desta cláusula, deverá ser recolhido ao SINDISERVIÇOS, através de boleto bancário fornecido pelo mesmo, e o respectivo comprovante entregue na Secretaria daquela Entidade juntamente com a relação nominal, em ordem alfabética, de todos os trabalhadores atingidos pelo desconto, contendo os respectivos valores, até o primeiro dia do mês de junho de 2016.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas ficam obrigadas a descontar dos empregados sindicalizados, em folha de pagamento, a mensalidade devida ao SINDISERVIÇOS no percentual de 1% (um por cento) do salário nominal recebido, mediante simples autorização do empregado por escrito.

Parágrafo Primeiro - Para efeito de controle do desconto da mensalidade sindical, as empresas deverão remeter mensalmente ao SINDISERVIÇOS até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, uma relação alfabética de todos os empregados atingidos pelo desconto, devendo constar ainda a função, a matrícula na empresa, salário e o valor do desconto.

Parágrafo Segundo - O repasse do desconto para o SINDISERVIÇOS deverá ser feito obrigatoriamente até o dia 15, após o desconto.

Parágrafo Terceiro - O SINDISERVIÇOS encaminhará mensalmente para as empresas relação dos novos empregados sindicalizados para fins do desconto da mensalidade.

Parágrafo Quarto - Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor a recolher, revertido para o SINDISERVIÇOS, até a data da efetiva liquidação.

Parágrafo Quinto - No caso de sucessão de empresas nos termos da cláusula da continuidade, serão mantidos os descontos das mensalidades dos trabalhadores sindicalizados, mediante a apresentação por parte do SINDISERVIÇOS de uma relação dos trabalhadores para a empresa que está sucedendo à outra conforme cláusula de continuidade, sem necessidade de apresentação de novas autorizações. A relação deverá ser apresentada até o 15 o dia do mês em que a empresa assumir o contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas abrangidas por esta Convenção recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição Assistencial no valor total de R\$ 10,00 (dez reais), por empregado em atividade, comprovado por meio do mapa de controle de efetivo ao referente ao mês

de julho de 2016, em quatro parcelas iguais e sucessivas, até o dia 15 dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2016, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal STF RE 220.7001 RS DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE189.9603 - DJ. 17.11.2000. Às empresas associadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição Assistencial até às datas acima fixadas, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). A empresa que não recolher até as datas estabelecidas ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês, não se beneficiando do desconto acima previsto. O pagamento deverá ser efetuado através de emissão de boleto bancário emitido pelo site do SEAC/DF (www.seacdf.com.br).

Parágrafo Primeiro - Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no caput da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

Parágrafo Segundo - Em caso de não recolhimento da Contribuição Assistencial prevista no caput da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Subordina-se o desconto assistencial à não oposição do trabalhador manifestada no prazo de 10 (dias) a contar do registro deste Instrumento, por declaração assinada de próprio punho, na Secretaria do Sindicato.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo Primeiro - Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, individualmente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo - Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical (profissional e econômica);
- b) Recolhimento de todas as taxas e contribuições aqui inseridas;

- c) Cumprimento integral desta Convenção;
- d) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;
- e) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Terceiro - A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar em responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, item IV, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo Supremo Tribunal Federal.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - INCENTIVO À CONTINUIDADE

Fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública, ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, inclusive as gestantes, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, sendo que as empresas que perderem o contrato comunicarão o fato ao Sindicato Laboral, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo, e ficarão também obrigadas a dispensar os empregados sem justa causa, mediante as seguintes condições:

- I. O Termo de rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará "sem justa causa" e deverá constar, obrigatoriamente, no ato de homologação, a expressa referência à cláusula 61^a.
- II. A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços admitirá o empregado da empresa anterior, inclusive as gestantes, e a ele concederá estabilidade no emprego de 90 (noventa) dias, sendo vedada a celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período.
- III. Para aquelas funcionárias, que comprovadamente estiverem gestantes, será assegurado pela empresa sucessora a sua contratação, bem como lhe será garantida a estabilidade prevista em Lei.
- IV. No período da estabilidade (90 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado.
- V. A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviços fica desobrigada do pagamento do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 9º das Leis n° 7.238/84 e 6.708/79, obrigando-se, entretanto, a pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (art. 9º Decreto n° 99.684/90), será cal-

culada no percentual de 40% do FGTS devido ao empregado.

- VI. As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o décimo dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base para cálculo das verbas rescisórias é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei.
- VII. Havendo real impossibilidade de contratação do trabalhador na empresa que está assumindo os serviços, devidamente justificada perante os dois Sindicatos convenientes, o trabalhador será desligado dos serviços com o pagamento de todas as verbas rescisórias devidas, inclusive aviso prévio indenizado.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA

- QUADRO DE AVISOS

As empresas poderão disponibilizar, em suas sedes e nos locais de trabalho, espaço para fixação de quadro de avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, sob controle do SINDISERVIÇOS.

Parágrafo Único - Nos locais de trabalho a colocação fica subordinada a autorização do tomador de serviços.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA

- ENTREGA DA GFIP

Ficam as empresas obrigadas a enviar ao SINDISERVIÇOS suas GFIP's da empresa até o décimo quinto dia de cada mês. O não cumprimento desta cláusula acarretará em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor das mesmas em benefício do SINDISERVIÇOS.

Parágrafo Primeiro - A recusa do recebimento da GFIP por parte do SINDISERVIÇOS isenta as empresas do cumprimento desta cláusula.

Parágrafo Segundo - Fica o sindicato laboral expressamente proibido de dar publicidade a quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de pagamento de multa equivalente à prevista no caput desta cláusula, em favor do sindicato patronal.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - RELÓGIO VIGIA

Fica proibido o uso do relógio vigia pelas empresas, independente da exigência do tomador de serviço.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - CÓPIA DA RAIS

As empresas ficam obrigadas a entregar a cópia da RAIS aos empregados que vierem a requerer, justificadamente, no prazo de 10 dias úteis.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL

Os sindicatos convenientes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços

não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos contratos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com “severus in iudicando” que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que - como acentua o Mestre Carnelutti - a Nação é o limite máximo e não

o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoandoos para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra à natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

Eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção deverão ser comunicadas por escrito aos sindicatos convenientes, para fins de conciliação, no prazo de 15 dias antes de serem submetidas à justiça do trabalho.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - PROCESSO LICITATÓRIO

As empresas deverão sempre colacionar a presente Convenção Coletiva nas suas propostas, quando participarem de processo licitatório.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, obedecerá às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer constantes do presente instrumento,

no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada. Parágrafo Único - Prevaecem às multas por descumprimento previstas nas cláusulas do presente instrumento.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES MAIS FAVORÁVEIS

Ficam acordado que será garantido para todos os empregados de cada empresa as condições mais favoráveis já existentes nas mesmas.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - DAS EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem serviços terceirizados de agente de portaria / fiscal de piso, garagista, zelador, jardineiro, auxiliar de jardineiro, auxiliar de serviços gerais, ajudante de manutenção, auxiliar de encarregado, encarregado de limpeza, encarregado de jardinagem, encarregado geral, bombeiro hidráulico, eletricitista, ajudante geral de manutenção, recepcionista, bem como todas as demais categorias profissionais previstas na presente convenção coletiva de trabalho (exceto servente de limpeza) não poderão ser optantes pelo regime de tributação do SIMPLES NACIONAL, tendo em vista o impedimento legal previsto pelo artigo 17, inciso XII da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigos

115 e 191, § 2º da Instrução Normativa 971, de 13 de novembro de 2009 da Secretaria da Receita Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem única e exclusivamente serviços de limpeza e conservação com a utilização do profissional servente de limpeza poderão ser optantes do SIMPLES NACIONAL em virtude da permissão legal prevista no artigo 18, § 5C, inciso VI da LC 123/06, entretanto, não poderão fornecer outros tipos de serviços com os profissionais previstos no caput da presente cláusula. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - A inobservância à vedação legal ensejará a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - COMPLEMENTAÇÃO DE DISPOSIÇÕES

É facultado aos Sindicatos convenientes complementar as disposições desta Convenção Coletiva por meio de ata de reunião de negociação, com o objetivo de regular e/ou alterar as disposições deste instrumento normativo.

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas Empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abran-

gidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de 78,38%(setenta e oito vírgula trinta e oito por cento) conforme planilha de cálculo, abaixo descrita. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão TCU nº. 775/2007 deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for à modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nesta Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto, nos Art. 607 e 608 da CLT.

Saiba como Calcular seus Direitos Trabalhistas

Auxiliar de Serviços Gerais – Salário base – R\$ 1,052,20

- Hora Normal R\$ 4,78
- Dia Normal Trabalhado R\$ 35,07
- Hora Extra - Uma Hora Extra R\$ 7,17
- Adicional Noturno - Uma hora R\$ 0,96
- Feriado Dia Trabalhado R\$ 57,36 (cálculo sobre 8 horas)

Agente de Portaria/Fiscal de Piso (Porteiros) – Salário base – R\$ 1.146,64

- Hora Normal Trabalhada R\$ 5,21
- Dia Normal Trabalhado R\$ 38,22
- Hora Extra - Uma Hora Extra R\$ 7,82
- Adicional Noturno - Uma hora R\$ 1,04
- Adicional Noturno - 15 Dias R\$ 140,40
- Uma Dobra Trabalhada - 12 horas extras R\$ 93,84

Salário Mínimo

- R\$ 880,00

INSS – Descontos

- Até R\$ 1.556,94 - 8%
- De R\$ 1556,95 a R\$ 2.594,92 - 9%
- De R\$ 2.594,93 a R\$ 5.189,82 - 11%

Imposto de Renda

- Até R\$ 1.903,98 - São isentos

Salário Família

- Até R\$ 806,80 - Valor da Cota R\$ 41,37
- De R\$ 806,80 ate R\$ 1.212,64 - Valor da Cota R\$ 29,16

Insalubridade

- 20% sobre o Salário Mínimo - R\$ 176,00
- Fiscalize seu FGTS - www.caixa.gov.br/fgts/saldo

Atendimento Jurídico SINDISERVIÇOS



Dra. Karla Patrícia
Assessoria Previdenciária
Terças e quintas-feiras,
das 14 às 16 horas



Dra. Wanda Miranda Silva
Área Trabalhista
Terças e quintas-feiras
de 09 às 11 horas



Dr. Alexandre Machado Mendes
Área Cível, família e criminal
Terças e quintas-feiras
de 08 às 11 horas



Dr. Hilton Borges de Oliveira
Área Trabalhista
Segundas, quartas e sextas-
feiras de 09 às 11 horas.

O mercado de trabalho e a inclusão de pessoas com necessidades especiais

Nem todas as pessoas são iguais. Existe certo grupo que apresenta algumas limitações ou falta de habilidades para a realização de uma determinada atividade, o que não a impede de ingressar no mercado de trabalho.

Para este grupo de pessoas se dá o nome de pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNE's).

Para conter a insensibilidade e falta de conhecimento de muitas pessoas sobre a capacidade de trabalho das pessoas com necessidades especiais, foi instituído o Decreto Lei nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7853, de 24 de Outubro de 1989, ela estabelece a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Os patrões são obrigados a empregar, conforme o numero de contratados, de 2% a 5% de pessoas portadoras de necessidades especiais.

A direção do Sindiserviços-DF tem recebido reclamações de portadores de necessidades especiais sobre a falta de vaga no mercado de trabalho.

Por outro lado, as empresas alegam que não conseguem preencher as vagas destinadas para as pessoas com necessidades especiais.



Amplo Debate

Diante do impasse, o Sindiserviços-DF, sempre atento com a movimentação do mercado de trabalho, está propondo durante todo este ano a realização de amplo debate envolvendo representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), Justiça do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Associações de PNE's, a Central Única dos Trabalhadores (CUT Brasília) e o Seac (sindicato patronal).

Certamente que com a realização do debate e a ampla divulgação da realidade em que vive as pessoas portadoras de necessidades especiais, o Sindiserviços-DF além de sensibilizar o mercado de trabalho quanto ao cumprimento da Lei, estará exercendo o seu dever de cidadania e realizando o amplo debate sobre a inclusão social e profissional das pessoas com necessidades especiais.

Para se ter uma idéia, segundo dados estatísticos, no Brasil existem cerca de 16 milhões de pessoas portadoras de deficiência e apenas 2% delas estão incluídas no mercado de trabalho.

A média nos países mais avançados é de 30% ou 40% de pessoas com necessidades especiais inseridas no mercado de trabalho.



Erivaldo Teixeira - Terceirizado no DFTrans

Plano de Saúde

O plano de saúde é uma conquista dos trabalhadores, se você ainda não está sendo beneficiado, tem a obrigação de lutar por seus direitos



É uma das maiores conquistas das trabalhadoras e dos trabalhadores terceirizados do Distrito Federal (DF).

Nosso plano de saúde atende com consultas, exames, atendimento cirúrgico, obstetrício e internações em enfermarias.

A categoria é isenta de pagar a mensalidade do plano de saúde, pois o valor mensal de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) é custeado exclusivamente pelos órgãos da administração pública e privada e destinado para cada empregado ativo no contrato da empresa prestadora dos serviços.

O Sindiserviços-DF é quem administra o benefício e que vem sendo operacionalizado pelo plano de saúde - Saúdesim.

Milhares de trabalhadores terceirizados já estão sendo beneficiados com a conquista do plano de saúde - Saúdesim.

Fiscalize e Denuncie

Toda conquista para ser efetivada deve ser fiscalizada. E foi por meio de reclamações dos trabalhadores que a direção do Sindiserviços-DF ajuizou denúncia crime na Justiça contra patrões que estão se apropriando indevidamente do valor pago pelo tomador e que é destinado exclusivamente para o plano de saúde dos trabalhadores, o que se constitui em crime previsto no artigo 168 do Código Penal Brasileiro.

Por informação dos trabalhadores, o Sindiserviços-DF chegou também em patrões que estão credenciando seus empregados em planos de saúde ambulatorial, àquele que só dá direito às consultas médicas.

Alem de ineficiente, há também denúncias contra patrões que estão contratando planos ambulatoriais com valor inferior ao conquistado pela categoria.

O plano de saúde é uma conquista dos trabalhadores, se você ainda não está sendo beneficiado, tem a obrigação de lutar por seus direitos. Busque informações pelo telefone: (61) 3224-0447 Ramal 207 ou na sede do Sindiserviços-DF - SCS Quadra 02, Bloco C - Edifício Jockey Club 5º Andar. Unidos somos fortes!!!



Isabel Avisa

Em quais situações você poderá sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS):

- Demissão sem justa causa e rescisão por culpa do empregado e do patrão;
- Término de contrato por prazo determinado;
- Fechamento da empresa ou falecimento do empregador individual;
- Rescisão do contrato por culpa do empregado e do patrão;
- Aposentadoria;
- Necessidade em caso de desastre natural;
- Suspensão do trabalho avulso;
- Falecimento do trabalhador;
- Idade igual ou superior a 70 anos;
- Portador do vírus HIV (AIDS) ou pessoa com câncer;
- Pessoa em estágio terminal ou em razão de doença grave (atualizada em 08/07/2015 pelo Senado Federal);
- Permanência de três anos fora do regime do FGTS;
- Na amortização, liquidação de saldo devedor e pagamento de consórcio imobiliário;
- Aquisição de moradia própria, liquidação ou amortização de financiamento habitacional.

Acidente de trajeto também é acidente de trabalho – Veja o que diz a Lei:

- Segundo a Lei 8.213/91, é equiparado ao acidente de trabalho aquele ocorrido no percurso da residência para o local de trabalho ou vice-versa, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do trabalhador.

Quem tem direito ao Abono Salarial

Do Programa de Integração Social - PIS

O Abono Salarial equivale a um salário mínimo e o pagamento é efetuado conforme calendário anual.

Para ter direito, o trabalhador precisa:

- Estar cadastrado no PIS há pelo menos cinco anos;
- Ter recebido remuneração mensal média de até dois salários mínimos durante o ano-base;
- Ter exercido atividade remunerada para Pessoa Jurídica, durante pelo menos 30 dias, consecutivos ou não, no ano-base considerado para apuração;
- Ter seus dados informados pelo empregador (Pessoa Jurídica) corretamente na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Pagamento do abono salarial

O pagamento pode ser realizado:

- Por crédito em conta, quando o trabalhador possui conta corrente ou poupança na Caixa;
- Nos caixas eletrônicos, nas Casas Lotéricas e nos Correspondentes Caixa Aqui utilizando o Cartão do Cidadão;
- Em agência da Caixa, apresentando o número do PIS e um documento de identificação.
- Também estarão sendo pagos os rendimentos do saldo de cotas do PIS para os trabalhadores cadastrados no Programa até 4 de outubro de 1988.

Telefones da Caixa - SAC Caixa

- 0800 726 0101
- Reclamações, sugestões, elogios, pedidos de cancelamento, informações sobre produtos e serviços da Caixa.
- O atendimento ocorre 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- A ligação pode ser realizada por telefone fixo e celular.
- www.caixa.gov.br/beneficios-trabalhador/pis/Paginas/default.aspx

